

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS ASSENTADAS – UM ESTUDO SOBRE AS LÓGICAS PRODUTIVAS EM UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS, BRASIL¹

Andréia Terzariol Couto²

Resumo: Este trabalho faz referência às estratégias de reprodução social de famílias assentadas a partir de suas lógicas produtivas. São analisadas as práticas econômicas e de organização que influenciam no processo de tomada de decisão referente à gestão dos lotes em assentamentos de reforma agrária. O ator social, o assentado, é visto aqui como um novo produtor rural, frente ao que se pode chamar de "produtor familiar tradicional", uma vez que, entre outros fatores diferenciadores, tem acesso à terra passando pelo estágio dos movimentos sociais rurais, o que lhe confere uma postura distinta com relação à produção familiar tradicional. Como diretrizes metodológicas, optou-se pelo método interdisciplinar, juntamente com a economia, sociologia e antropologia, utilizando-se entrevistas, depoimentos, histórias de vida, paralelamente ao método quantitativo.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, Agricultura familiar, Reforma agrária, Movimentos sociais rurais, Questão agrária, Campesinato.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as estratégias de reprodução social de famílias beneficiárias de assentamentos de reforma agrária, a partir de um estudo sobre suas lógicas produtivas. A pesquisa, teve como *locus* empírico o Projeto de Assentamento Fazenda Barreiro, localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, Brasil, durante o período do doutoramento, entre os anos de 1995 e 1999.



Como diretrizes metodológicas, foram utilizadas entrevistas, depoimentos, e histórias de vida, como forma de resgatar a trajetória das famílias assentadas. Paralelamente ao método qualitativo, dados coletados a partir de questionários foram trabalhados estatisticamente no sentido de corroborar as informações fornecidas através dos depoimentos orais. Para a análise dos dados coletados em campo através de questionários em relação às lógicas

¹ Este trabalho faz parte dos resultados parciais obtidos na pesquisa realizada durante o doutoramento, com o apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² Doutora pela Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, na área de Sociologia Rural. Atualmente pesquisadora como bolsista recém-doutora (CNPq) pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Jaguariúna, S.P. E-mail: atcouto@cnptia.embrapa.br

produtivas, utilizou-se a técnica estatística multivariada de redução de dados (simplificação de estrutura) conhecida como análise de correspondência, sendo utilizada, neste caso, para examinar as relações entre variáveis categóricas

Foram realizadas entrevistas estruturadas e coleta de depoimentos, procurando captar casos, situações diferenciadas, a opinião dos assentados e sua análise dos principais acontecimentos em que estiveram envolvidos como protagonistas durante o processo de acesso à terra, buscando a compreensão de alguns aspectos de sua realidade social, optando-se assim por uma aproximação qualitativa que permitiu uma inserção mais ampla no campo das relações sociais. Assim sendo, os relatos pessoais e histórias de vida, metodologia desenvolvida pela antropologia, foram escolhidos "*no sentido de compreender as transformações e dinâmica das relações socioestruturais*" (BERTAUX, D), sendo possível, através desse método, captar os "*diferentes conteúdos constitutivos da identidade de cada protagonista*" (LÉON, K., 1986).

AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS

a) Decisões, participação: a gestão da propriedade.

As práticas econômicas e de organização adotadas são analisadas a partir da ótica familiar, ou seja, como a família organiza-se enquanto uma unidade de produção, para o gerenciamento do lote e para melhor fixar-se e sobreviver de sua produção familiar. Se, no caso estudado, por um lado, o autoconsumo ou a subsistência do grupo doméstico é uma das bases das unidades de produção, por outro, as práticas econômicas e de organização necessitam de um outro referencial para explicar certas condutas dos assentados, que acarretam conseqüências diretas sobre o gerenciamento da propriedade.

A gestão da propriedade e a opção pelos lotes individuais é vista aqui como uma forma de garantir certa individualidade já trazida de experiências anteriores ao assentamento, cuja gestão coletiva poderia ameaçar. Pode-se dizer que as famílias organizam-se de modo que o gerenciamento do lote fique a cargo do grupo familiar, onde as tarefas são divididas entre seus membros, praticamente de forma "tradicional", ou seja, as tarefas ditas masculinas e as femininas, embora tenha sido observado que a maioria das mulheres, esposas e filhas, têm um papel fundamental no processo produtivo, aliado às suas tarefas domésticas. A organização do trabalho familiar na propriedade dá-se de forma a suprir as necessidades do grupo doméstico, sendo clara a relação de dependência da família, seja em relação à mão-de-obra, seja em relação à sua própria estrutura interna (CHAYANOV, 1966).

Como pode ser observado na Tabela 1, são as mulheres – esposas e filhas – que encarregam-se das tarefas relacionadas à casa, como cozinhar, arrumar, lavar, e passar roupa, cuidar das crianças e idosos, bem como do espaço circundante à casa. O cuidado com pequenos animais "do quintal", como galinhas, patos, e em alguns casos, porcos, são divididos com o marido, contrariamente ao que foi observado em alguns estudos antropológicos junto a pequenos produtores familiares.³ Para HEREDIA (1977), a observação da oposição existente entre casa-roçado

"permite compreender que a posição que cada um dos membros do grupo doméstico ocupa dentro do mesmo está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive o cuidado com os animais. (...) Cada um dos membros do grupo ocupa um lugar – reconhecido por todos – relacionado à provisão dos bens considerados necessários para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto. A oposição casa-roçado atualiza e reforça, ao mesmo tempo, as esferas masculina e feminina" (p. 154).

A importância da mão-de-obra feminina no processo produtivo pode também ser observada por sua ocupação em outras atividades normalmente ocupadas pelos homens, principalmente evidenciadas em três tarefas: o trabalho na lavoura, cuidados com o gado, e reuniões na associação, obrigações essas divididas entre o casal. Quanto às

³ HEREDIA (1977), ao realizar uma análise da organização interna de unidades de produção camponesa na Zona da Mata pernambucana, aponta que os produtos do roçado são vitais para a sobrevivência do grupo doméstico, mesmo quando parte dessa produção é destinada à venda. É no roçado que são cultivados o feijão, a mandioca e o milho. Esses produtos podem ser considerados os principais e são eles que dão existência e significado ao roçado (p. 49): "*No roçado familiar, trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família*" (p. 105). No entanto, além do roçado, observou também a presença dos roçadinhos individuais pertencente à esposa e aos filhos. "*A expressão roçadinho opõe-se à do roçado, sempre relacionado ao familiar, e refere-se não apenas ao reduzido tamanho da parcela como também constitui-se em mais um indicador da relação social que os envolve*" (p. 107).

compras de alimentos, essa tarefa é igualmente dividida entre o marido e a esposa, explicitando uma forma específica de gerenciamento do lote pelo grupo doméstico: as tarefas tradicionalmente relacionadas à casa, como as colocadas acima, ficam a cargo das mulheres, mas sua administração, englobando as atividades como reposição alimentar, requer dupla responsabilidade, igualmente dividida entre o casal. O mesmo não ocorre com quatro tarefas externas à casa, como reunião com técnicos (relaciona-se ao lote, universo masculino, da mesma forma que os contatos com a extensionista dá-se com a dona da casa); transações comerciais, transações financeiras e compra de equipamentos e implementos agrícolas, confirmando que quando as atividades se desprendem do espaço da casa, estas são normalmente dirigidas pelos homens. No entanto, o trabalho na lavoura é realizado com grande relevância com a ajuda da mão-de-obra feminina. O contrário – os homens realizando trabalhos domésticos – praticamente não ocorre. Mesmo sendo marcante a presença da esposa em todas as etapas do processo produtivo, os grupos domésticos apresentam-se como sendo fortemente patriarcais e determinadas decisões, referentes aos aspectos financeiros, comerciais e técnicos, são tomadas pelo chefe da família. Esse aspecto coincide com o observado por MENDRAS (1978, p. 69-70), para quem uma das características do grupo doméstico é a estabilidade e o alicerce patrimonial, onde a presença do patriarca marca o elemento de coesão do grupo, estruturação e tomadas de decisão, referentes ao processo produtivo tomadas por ele e acatadas pelo grupo.

Na Tabela 2, a divisão sexual do trabalho mostra uma preponderância masculina em relação a determinadas atividades na lavoura e manejo dos animais, mostrando que, mesmo participando menos dessas duas atividades, as mulheres colaboram no processo de adubação, beneficiamento, colheita, preparo do solo e plantio, ocorrendo o mesmo com o trato dos animais, exceto no caso das galinhas, quando a tarefa é praticamente dividida entre os dois sexos.

Tabela 1 Divisão de Tarefas (em %) de acordo com o grupo doméstico. Assentamento Fazenda Barreiro, 1999.

Grupo Doméstico	Quem cozinha	Cuidar de crianças e idosos	Compra de alimentos	Cuidados com a casa e quintal	Reunião com os técnicos	Quem lava a roupa	Trabalho na lavoura	Transações comerciais	Transações financeiras	Reunião na associação	Cuidar das galinhas	Tratar do gado	Compra de equipamentos
Apenas o marido	6,5	6,5	15,2	6,5	63,0	6,5	19,6	71,7	65,2	21,7	4,4	8,7	60,9
Apenas a esposa	39,1	34,8	19,6	32,6	6,5	37,0	8,7	6,5	6,5	4,3	17,8	8,7	6,5
O casal	2,2	2,2	51,1	2,2	15,2	2,2	41,3	10,9	19,6	59,8	43,3	47,8	18,5
Marido e filhos	2,2	2,2	5,4	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	2,2	7,6	6,7	8,7	6,5
Esposa e filhas	47,8	52,2	4,3	54,3	2,2	50,0	3,3	2,2	2,2	2,2	12,2	5,4	2,2
Filhos	2,2	2,2	4,3	2,2	8,7	2,2	18,4	6,5	4,3	4,3	15,5	20,6	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2 Divisão de Tarefas por Sexo

SEXO	ADUBAÇÃO				BENEFICIAMENTO				COLHEITA				PREPARO				PLANTIO			
	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total
Masc	93	6	18	117	90	5	22	117	94	5	18	117	92	6	19	117	92	7	18	117
Fem	53	6	62	121	51	8	62	121	57	6	58	121	58	6	57	121	57	6	58	121
Total	146	12	80	238	141	13	84	238	151	11	76	238	150	12	76	238	149	13	76	238
SEXO	GADO				GALINHA				PEIXE				PORCO							
	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total	Sempre	Às vezes	Nunca	Total				
Masc	91	6	20	117	76	7	34	117	1	1		2	87	6	24	117				
Fem	47	10	64	121	73	12	36	121		2	2	4	66	14	41	121				
Total	138	16	84	238	149	19	70	238	1	3	2	6	153	20	65	238				

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A Tabela 3 mostra as atividades de manejo do solo divididas entre os membros do grupo doméstico, salientando, da mesma forma que a tabela anterior, a preponderância da mão-de-obra masculina nessas atividades, ressaltando aqui a importância do papel dos filhos nesse processo.

Tabela 3 Participação da Família no Processo Produtivo (%)

PREPARO	Posição no grupo doméstico					
	Pai	Mãe	Filho	Idosos	Outros	Total
Sempre	37	29	78		6	150
Às vezes	1		11			12
Nunca	3	13	51	3	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
ADUBAÇÃO						
Sempre	37	27	77		5	146
Às vezes	1		11			12
Nunca	3	15	52	3	7	80
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
PLANTIO						
Sempre	38	28	77	1	5	149
Às vezes	1		11		1	13
Nunca	2	14	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
COLHEITA						
Sempre	37	28	79	1	6	151
Às vezes	1	1	9			11
Nunca	3	13	52	2	6	76
Total	17,2	18	59	1,3	5	100
BENEFICIAMENTO						
Sempre	37	27	71	1	5	141
Às vezes	1	1	11			13
Nunca	3	14	58	2	7	84
Total	17,2	18	59	1,3	5	100

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

A maioria não assume haver uma divisão específica de tarefas por sexo (com perguntas sim/não), mas quando as tarefas são especificadas por atividades, essa divisão aparece claramente, como nas Tabelas 2 e 3.

Ao elaborar o conceito de auto-exploração da mão-de-obra familiar, CHAYANOV (op. cit.) refere-se à quantidade de trabalho que cada membro da família executa de acordo com as condições dadas. É um equilíbrio que cada família descobre a partir de suas próprias experiências. O quadro geral que aborda a divisão de tarefas, seja em tarefas específicas, seja por sexo, pode ajudar a compreender a relação existente entre a subjetividade que envolve a busca por esse equilíbrio, uma vez que cada membro do grupo doméstico realiza as tarefas para as quais encontra-se mais apto, atendendo ao grau de auto-exploração do trabalho familiar.

Se, por um lado, a teoria desenvolvida por CHAYANOV (op. cit.) sobre as unidades de produção camponesa pode ajudar a compreender certa lógica de funcionamento da exploração familiar, no que se refere aos critérios subjetivos que cercam seus fatores de produção, por outro, não ajuda a compreensão de certas condutas econômicas que levam as famílias a adotar determinadas práticas. O autor afirma que esse equilíbrio é variável e vai depender, também, por exemplo, de condições específicas, como o grau de aproximação com o mercado. A teoria proposta por LAMARCHE (Coord., 1993), em primeiro lugar, procura não dissociar da unidade de produção a propriedade e o trabalho, este intimamente ligado à família, assim como a grande diversidade que cerca o modo de funcionamento familiar de produção.

Nesse item, é importante a compreensão do funcionamento da família enquanto unidade de produção, cuja coesão do grupo familiar é de fundamental importância para o gerenciamento da propriedade, funcionando a família como uma pequena empresa. Nas propriedades onde predomina essa lógica, o gerenciamento do lote acontece de forma bastante satisfatória, alcançando o grupo um rendimento que lhes proporciona certa segurança e lhes permite colocar em prática seu projeto familiar de produção. Entre algumas famílias, no entanto, esse mecanismo de gerenciamento não se mostra de todo otimizado, e são as famílias onde esse projeto praticamente inexistente. A diferenciação social entre as famílias assentadas é clara e muitas são conscientes de sua existência, não estando muito de acordo com essa situação. No entanto, entre as famílias que chamamos aqui de "menos empreendedoras", embora reconheçam a diferenciação, crêem que ela exista em função do capital trazido por aqueles que encontram-se em melhor situação,⁴ posto que, enquanto assentados, todos tenham acesso aos

mesmos recursos e financiamentos. Essa diferenciação pode ser explicada pelo fato de que, da mesma forma que as explorações familiares não se encontram confinadas em um único modelo, não configuram também um grupo social homogêneo.

Em um sentido positivo, quando questionados sobre as causas da diferenciação, os assentados apontavam o melhor gerenciamento do lote como fator preponderante da diferenciação, assim como uma maior capitalização das famílias, que já chegavam ao assentamento trazendo algum capital (caso principalmente dos compradores) e por último, aquelas que recebem salários externos sejam eles oriundos de atividades não agrícolas, aposentadorias, ajuda de filhos que vivem fora, aluguel de imóvel na cidade, entre outros. No sentido negativo, apontam o gerenciamento inadequado do lote como fator principal da diferenciação. Do mesmo modo que os produtores familiares não correspondem todos a um modelo idêntico, também seus sistemas de valores, ambição para o futuro e projeto familiar são diferentes, o que pode ser observado mesmo entre aqueles produtores oriundos de um mesmo sistema sócio-cultural, ou seja, do universo que engloba a produção familiar, com o qual se identificam. Essa diferenciação social entre as famílias não é vista como algo "normal", pois acreditam que, tendo todos no assentamento acesso aos mesmos recursos, deveriam estar todos em uma situação semelhante. Mais uma vez a explicação dada por eles refere-se a uma maneira "inadequada" de trabalhar a terra.

Entre as famílias "mais empreendedoras", afirmam que a diferenciação existe em função de que "uns trabalham menos que outros" ou que não conseguem gerenciar de forma racional sua propriedade. Essa diferenciação social dentro do assentamento, numa clara divisão, onde camadas sociais pobres, menos estruturadas, não conseguem se reproduzir, pode ter como uma de suas conseqüências o abandono dos lotes. A diferenciação social interna faz surgir uma camada mais empreendedora que se distingue dos demais por adotar determinadas estratégias de desenvolvimento e por posicionar-se a favor de um projeto de empreendimento familiar. Esse tipo de situação pode ser comparado ao que LAMARCHE (1984) encontrou na agricultura francesa, onde agricultores melhores estruturados seguiram os caminhos da modernização, enquanto que os marginalizados, impedidos de integrar o processo das relações de produção agrícola, acabam por sofrer uma transformação no sistema de valores, indo buscar soluções, muitas vezes, fora do quadro de produção agrícola.

Por outro lado, os ditos "menos empreendedores" têm como prioridade a satisfação das necessidades básicas da família e a ligação com o mercado se dá pela venda ocasional dos excedentes da produção.

Após a desapropriação legal da Fazenda Barreiro, ocorrida em 1986, os assentados passaram a pressionar o INCRA pelo parcelamento. Alguns queriam trabalhar coletivamente, outros não e passaram a discutir e amadurecer a idéia a respeito da produção - o que produzir, de que forma. Até as terras serem parceladas, em 1990, plantaram de forma coletiva e, já nessa época, chegaram à conclusão de que gostariam que cada um trabalhasse sua própria parcela, sem perder, no entanto, o poder de mobilização e organização.

"Em 1990, o INCRA executou o parcelamento oficial da terra que foi dividida em 131 lotes, respeitando parcialmente os critérios dos trabalhadores, abrigou mais 8 famílias além daquelas 123 selecionadas anteriormente. Foram assentadas 131 famílias, incluindo-se parentes e jovens que participaram da luta no acampamento ou junto aos posseiros, antes solteiros, que em 1990 já constituíam novas famílias" (Ramos, 1993, p. 181).

O parcelamento das terras foi feito após várias assembléias para discutir qual a forma mais adequada da divisão. Os passos que nortearam a organização da área foram: primeiro, definir os objetivos do grupo; depois, discutir a necessidade da organização do espaço físico e possibilidades de produção; por fim, após a primeira safra, o grupo decidiu dobrar a produção e com isso mostrar sua importância econômica para a comunidade local.

Até o parcelamento, em 1990, portanto três anos após a ocupação, plantaram de forma coletiva em áreas comuns, mas já pensando em ter seus lotes individuais, embora a coesão do grupo se mantivesse sem perder o poder de mobilização e organização. Um dos motivos mais fortes para manter a união foi a consciência de que, somente agindo como um grupo unido e organizado, em torno de um ideal comum, poderiam ter força não somente para suas reivindicações mas também para poderem levar adiante seu projeto.

⁴ Entre as famílias entrevistadas, encontram-se algumas que são compradoras dos lotes, tendo chegado ao assentamento tempos depois de sua formação. Na ocasião da compra do lote, dispunham também de certo capital adicional, investido posteriormente na propriedade. Esse fato, aliado a uma disposição de gestão diferenciada, sustenta um projeto empreendedor dessas famílias.

Entre os assentados, embora um grande número deles hoje faça parte dos antigos colonos da Fazenda Barreiro e outro pertença a trabalhadores rurais de outras cidades e estados, além de bóias-frias⁵ e carvoeiros, há um terceiro grupo que, antes do assentamento, não possuía vínculos com a terra, pelo menos no sentido tradicional, de produtor agrícola. Como elemento de homogeneização entre esses trabalhadores está a luta pela terra, pois assim como coloca THOMPSON (1989), *"os colonos sem terra sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros interesses que diferem e se opõem aos seus"*. A heterogeneidade⁶ manifesta-se também na própria identidade social dos assentados, em como se representam: *"(...) e hoje não gostam de ser chamados de assentados. Eles gostam de ser chamados de pequenos produtores da Fazenda Barreiro"* (José S., op. cit.).

Outra questão levantada, retomando a discussão de LAMARCHE (Coord., 1993), refere-se a uma das principais características da produção familiar, como sua capacidade de adaptar-se de acordo com seu contexto cultural. Esse tipo de agricultura, longe de ser homogêneo, apresenta-se sob diversas formas, conforme a situação, observado em pesquisa comparativa realizada em diversos países, em três continentes. No estudo de caso analisado, embora seja reconhecida a heterogeneidade que envolve a agricultura familiar, é importante frisar que o grupo estudado é permeado por certa homogeneidade, no que se refere a alguns aspectos, tais como acesso à terra, estratégia fundiária, formas de crédito, estratégias produtivas. Paralelamente, ressalta-se que entre os assentados, consideradas suas trajetórias individuais, a heterogeneidade é evidente, observada em sua origem, história de vida, identidade profissional, em relação ao que almejam do assentamento, ao futuro, deles e dos filhos.

De acordo com OLIVEIRA (1976, p. 5), *"a noção de identidade contém duas noções, a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva)"*, e tanto antropólogos como sociólogos⁷ têm trabalhado no sentido de mostrar como essas duas visões encontram-se intimamente interligadas no sentido de abordar um mesmo fenômeno, sendo importante tomar a noção de identidade por sua bidimensionalidade na análise dos processos de identificação. Aponta a importância de se apreender os mecanismos de identificação por refletirem a identidade em processo, como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. Sobre a noção de indivíduo, coloca a seguinte afirmação, partindo de McCALL e SIMMONS (1966):

"Se entre uma ocasião e outra um indivíduo não pode ser reconhecido como uma pessoa, nenhuma identidade social poderia ser construída". Assim, "a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também, de algum modo, é um reflexo daquela" (p. 6).

Como **grupo**, os assentados identificam-se em relação à busca comum, do seu passado agrário, à conquista futura, ao objeto almejado. Nesse sentido, durante o processo de luta e engajamento político para a conquista da terra, identificavam-se como **sem-terra** e imediatamente após a conquista da terra, durante o processo de produção coletiva, como **assentados**. A aproximação de uma identidade como **pequenos produtores** mostra uma busca pela definição de algo mais concreto no plano tanto das relações sociais – sua posição na sociedade, como no plano das relações de produção, de se impor como atores importantes no quadro do processo produtivo, no plano **individual**.⁸

b) As formas de produção e comercialização

b.1) A diversificação da produção, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, mostra-se fundamental como forma de garantir o sustento alimentar da família. A diversidade das culturas, assim como o autoconsumo, apresentam-se, como na análise de MENDRAS (1978), de fundamental importância para o grupo doméstico, apontando o estreito vínculo entre o que é produzido e o que é consumido – cada produção corresponde a um consumo preciso. A comercialização da produção é facilitada por sua pluralidade, considerando-se também os períodos de safra da produção, minimizando, além disso, os riscos da monocultura. A produção para o autoconsumo está sustentada, principalmente, pela produção da cana-de-açúcar, café, arroz, feijão, milho, além dos

⁵ Trabalhadores rurais que trabalham principalmente no corte de cana. Fazem parte de um contingente de mão-de-obra extremamente explorado pelos proprietários de terra que os contrata, tanto em relação às condições de pagamento, como de trabalho. São assim denominados por levarem de casa para o trabalho marmitas contendo alimento que comem frio na hora das refeições.

⁶ Para maiores detalhes sobre a discussão da heterogeneidade entre assentados, cf. ZIMMERMANN, 1994.

⁷ GOFFMAN, 1963 e McCALL e SIMMON, 1966, respectivamente.

hortifrutigranjeiros, estando os dois primeiros itens praticamente fora do sistema de comercialização entre as famílias.

A importância da diversificação de culturas para as famílias assentadas manifesta-se não somente no que se refere à comercialização da produção, mas também, e principalmente, à alimentação do grupo familiar, que tem no cultivo de diversos itens alimentares não comercializados a principal fonte alimentar da família. A análise feita a partir dos questionários mostra ser o autoconsumo parte essencial da estratégia familiar de sobrevivência e sem ele fica clara a impossibilidade de permanência das famílias nas propriedades, caso precisassem comprar todos os itens alimentares - da família e da criação - com o dinheiro obtido da venda da produção, uma vez que a renda monetária é extremamente baixa, considerando-se também a relação entre o tamanho do lote e o número dos membros da família.

A questão da geração da renda é discutida por PAULILO (1994), por ocasião da análise do Relatório FAO/PNUD (1992). A discussão que se faz a esse respeito é justamente sobre a utilização do termo "renda" para denominar essa situação em que se leva em conta o autoconsumo, e não sua importância para os assentados, importância essa incontestável. Ainda no mesmo debate sobre o Relatório FAO, encontra-se o artigo de GARCIA Jr., sobre a discussão da "renda consumo", onde coloca que ao confrontar as formas de renda monetária dos assentados, a estimativa da "renda" referente às práticas de autoconsumo surge como um fator de peso bastante significativo da renda total das famílias assentadas, mostrando que o enfoque recai sobre o orçamento de consumo das unidades de produção. São rendimentos provenientes de vários mercados, unificados sob um único feixe, o de serem alternativos para a manutenção do orçamento familiar.

Além dos produtos da horta e do quintal, inclusa a criação de frangos e suínos, a separação diária de cerca de dois a três litros de leite por família garante a nutrição através do seu consumo *in natura*, bem como a confecção de queijos, requeijão, doces e compotas, que complementam a nutrição do grupo doméstico. Entre os cereais, a maioria cultiva o arroz, em menor proporção o feijão - este praticamente para o autoconsumo, o milho - normalmente parte da produção é vendida, o restante serve à família, tanto para o consumo próprio - *in natura* ou transformado - como para a ração dos animais. A cana é também produzida pela maioria, que garante a auto-suficiência alimentar para o rebanho bovino, além do cultivo da mandioca, um item bastante apreciado, muitas vezes transformada em farinha em algumas usinas artesanais localizadas em alguns lotes.

A produção de suínos é relativamente baixa - uma média de três cabeças por família, sendo a comercialização feita em períodos específicos, de festas ou final de ano, sendo a família o principal consumidor desse tipo de criação. Já a criação de galinhas, esta é feita de forma livre, sendo que apenas uma das famílias entrevistadas as produz em granja, produzindo o frango do tipo "semí caipira". Fora esse último caso, a venda de galináceos é baixa, e sua criação restringe-se ao consumo familiar, bem como os ovos.

No que se refere à diversificação da produção, tanto para o autoconsumo como para a produção comercial, é importante como estratégia de reprodução social, pois garante um rendimento em períodos de safras diferenciadas, minimizando os riscos da monocultura, além de garantir a alimentação diária do grupo doméstico de forma mais variada.

Com relação às formas de comercialização da "produção de quintal" - hortifrutigranjeiros, peixes e o excedente da produção de leite (não entregue aos laticínios e não consumido pela família) - esta é vendida localmente, tanto dentro do assentamento como na cidade.

O arroz é, sem dúvida, ao lado do milho, o principal cultivo do assentamento, não fazendo parte, no entanto, dos "produtos de sustentação", embora, muitas vezes, parte desses dois produtos seja destinado ao comércio. Sua importância para o sustento alimentar do grupo doméstico ultrapassa a do milho, uma vez que é fracamente comercializado, ficando sua produção somente para a alimentação familiar. Ainda que não tenha sido perguntado aos assentados através do questionário qual a forma de comercialização da produção de arroz, em conversas e observações de campo foi constatado que a fraca comercialização é, em alguns casos, feita dentro do assentamento,

⁹ Como este trabalho trata de grupos ideologicamente definidos - primeiramente sem-terra, depois assentados, é pertinente inserir o conceito de ideologia na composição da identidade do que OLIVEIRA (op. cit., p. 35-36) chama de "grupos ideológicos". Cita GRIMBERG e GRIMBERG (1971, p. 136), para os quais "um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença". Essa noção se insere no conceito de identidade contrastiva, que utiliza para um tipo particular de identidade social, ou seja, identidade étnica, mas que auxilia a pensar sobre o grupo pesquisado: "quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, se fazem por meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente".

cujos compradores são as famílias que deixaram de produzir na safra em questão. O feijão, embora sendo alimento básico do prato diário dos assentados, mais da metade dos entrevistados (26) deixaram de produzi-lo na safra 98/99. Entre os que produziram, somente 4 famílias comercializaram parte de sua produção, enquanto que a maioria utilizou o produto para o autoconsumo.

A produção de milho divide com a de arroz os primeiros lugares dos itens alimentares produzidos no assentamento (somente 7 das 50 famílias deixaram de produzi-lo na safra 98/99). No caso do primeiro, sua comercialização é realizada por 23 das 50 famílias entrevistadas, separando parte dessa produção para o consumo doméstico, seja para a alimentação da família (alguns fazem a transformação do produto em fubá, em pequenas usinas rústicas), seja para o trato da criação (principalmente galinhas), seja para o consumo da família. Ser auto-suficiente em milho assim como em arroz, significa muito para os assentados, pois não precisam comprar esses dois produtos, mais do que uma economia em termos monetários para a família, significa produzir dois itens básicos para o consumo doméstico, dois dos primeiros cultivos que produzem assim que entram na terra.

Apesar da boa produção, a comercialização, não importa de que forma seja feita, é a grande reclamação entre os agricultores, e não são poucos os que perdem parte do que produzem anualmente por falta de orientação nesse sentido. Há no assentamento três lotes com criação de peixes, cuja idéia inicial era o fornecimento de alevinos para as cidades vizinhas, mas nesse caso também estão enfrentando problemas - preço, distância dos mercados, alto custo da produção, baixa produtividade. A solução encontrada para o aproveitamento da infraestrutura já construída é a venda local de peixes por quilo ou pesque-pague⁹, já existindo dois deles no assentamento.

b.2) A adoção da produção agropecuária anual de "sustentação". Paralelamente à diversificação da produção, são adotados o cultivo do algodão e a produção leiteira¹⁰ como base econômica segura que possibilita uma oportunidade de experimentar práticas econômicas paralelas com maior tranquilidade. As práticas paralelas referem-se tanto aos produtos cultivados listados no item anterior, como práticas não agrícolas, tratadas posteriormente no item b.3. A produção leiteira segue como sendo a forma mais segura de garantir o rendimento monetário mensal das famílias.

O cultivo do algodão tem sido, desde o início do assentamento (embora mais recentemente não com a mesma intensidade) a produção de base, que garantiu à maioria das famílias a organização inicial da infraestrutura dos lotes. No entanto, a super utilização de agrotóxicos, em função das pragas que atacam essa lavoura, vem trazendo como consequência um rendimento não muito satisfatório, e tem feito com que alguns desistam desse cultivo. Mesmo entre as famílias que não o cultivam, esse continua presente como estratégia de sobrevivência, uma vez que trabalham como diaristas em outros lotes do assentamento, durante o período da colheita. Produção básica no início do assentamento, atualmente vem tornando-se inviável devido a uma praga vulgarmente chamada de "Bicudo do Algodoeiro", mas foi um dos cultivos mais rentáveis, chegando a um lucro de 70%, segundo informações de uma liderança do assentamento. Foi através desse cultivo que boa parte dos assentados pôde dar um impulso econômico em suas vidas, através do seu plantio racional e da assistência técnica, sendo que hoje esse tipo de cultura exige uma nova forma de produzir, devido à entrada do "Bicudo", necessitando de um melhor aporte tecnológico, o que muitas vezes aumenta os custos da produção com consequente queda dos lucros. No período da safra 98/99, das 50 famílias entrevistadas, 22 deixaram de produzi-lo, mas ainda é significativo o número de assentados que têm nesse cultivo sua principal fonte de sustentação.

Em resumo, a produção anual "de sustentação" - algodão e leite - é a produção "de peso" que permitiu, no início da implantação do assentamento, a instalação da infra-estrutura das famílias, ressaltando-se a eletrificação e moradia. As formas de comercialização da produção encontradas - venda direta e empresa privada - tentam

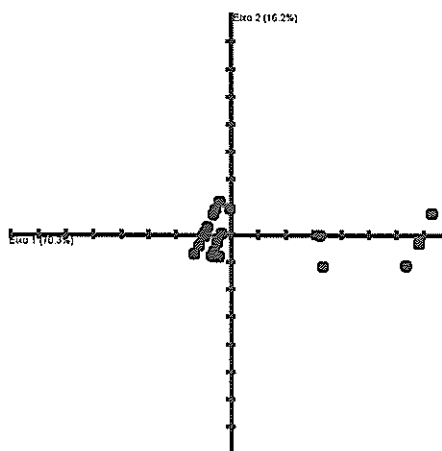
⁹ Tipo de negócio que tem se popularizado de forma bastante rápida nos últimos anos no mundo rural brasileiro. O produtor rural constrói um tanque de peixes em sua propriedade, muitas vezes ampliando algum açude já existente, e às suas margens desenvolve uma estrutura parecida com a de um clube campestre, nos mais sofisticados, com bares e restaurantes. No local pode ser alugado o material para a pesca, mas o pescador pode também trazer seu próprio equipamento e utilizar as estruturas do bar para fritar o peixe pescado. O lugar pode também servir simplesmente como mais uma opção de lazer, para usufruir das instalações locais.

¹⁰ De acordo com HEREDIA (op. cit.), "A existência do gado dentro do grupo doméstico torna-se um elemento de importância fundamental, constituindo uma reserva que pode ser acionada em determinadas conjunturas. (...) A existência de gado é uma fonte de reserva de considerável importância, representando uma forma de garantir a reprodução de novos ciclos agrícolas através da possibilidade de acesso a novas terras. Em consequência disso, o gado é o animal mais valorizado pelo pequeno produtor" (p. 138-139).

suprir as constantes dificuldades resultantes dessa etapa do processo produtivo. A produção leiteira é entregue diariamente aos dois laticínios locais, mas o baixo preço alcançado por litro - R\$ 0,17 (US\$ 0,30) - impulsionou a discussão sobre a necessidade de uma cooperativa leiteira no assentamento.

Esquema I

Lógica do Trabalho - posicionamento das famílias em relação à agricultura e pecuária e hierarquia de trabalho



Eixo 1 – Atividades agrícolas. Quanto mais à esquerda, maior a ligação da família com a agricultura, menor com a pecuária. Quanto mais à direita, maior a ligação da família com a pecuária, menor com a agricultura.

Eixo 2 – Quem realiza determinadas tarefas ("hierarquia do trabalho": marido, esposa, filhos, idosos).

TR 0307 – Quem trabalha na lavoura; TR 0308 – Quem trata da criação

Interpretando o eixo 1 como 'atividades agrícolas', quanto mais à direita mas forte é a ligação com a agricultura e menos com a pecuária, ou seja, quanto mais à esquerda maior a ligação com a pecuária e menor a ligação com a agricultura. No eixo 2 temos a 'hierarquia de quem trabalha na propriedade', que representa o chefe da família na parte inferior do gráfico e os idosos na parte superior, no centro temos as esposas e filhos. Pode-se dizer no gráfico que temos duas categorias distintas no que diz respeito ao eixo 1, ou seja, a predominância das famílias é agrícola mantendo também atividades pecuária e um grupo pequeno mais significativo onde a atividade pecuária não chega a ser intensa.

b.3) A pluriatividade como forma de permanência no lote

Similarmente ao observado em muitos setores da agricultura brasileira, a utilização de práticas pluriativas entre produtores rurais vem se tornando um fenômeno também presente, embora ainda de maneira tímida, entre moradores de assentamentos rurais, e pesquisas nesse sentido são ainda muito escassas. Apesar de ser a pluriatividade um fato cristalizado entre produtores rurais familiares, pequenos ou não, em vários países há décadas, sua presença no meio rural brasileiro vem sendo aceita com certa resistência por vários setores direta ou indiretamente ligados à esfera dos assentamentos rurais. Estudos que comprovam sua existência, além de gerar um quadro mais realístico da realidade agrária brasileira, colaboram para a viabilização de políticas públicas adequadas voltadas a esse setor. Negar esse fato em nome do "purismo agrícola" dos assentamentos rurais somente serve para retardar uma real análise sobre essa questão e a compreensão sobre a evasão que ocorre nos assentamentos, estudos esses ainda incipientes dentro do quadro geral dos assentamentos brasileiros.

No estudo de caso pesquisado, a divisão do trabalho e a ocupação da mão-de-obra do grupo doméstico revelam que uma parcela dos assentados é capaz de direcionar parte dessa mão-de-obra para trabalhos não

necessariamente agrícola, sem afetar o processo produtivo. A percepção que têm de sua atividade como produtores rurais é a de que, mesmo exercendo outros tipos de atividade, dentro ou fora do assentamento, sua prática profissional primeira continua sendo afirmada como a agrícola. A busca por outros caminhos faz parte de uma estratégia de sobrevivência, uma busca complementar de renda que a produção agropecuária não está conseguindo suprir. Essa busca revela-se pertinente àquelas famílias cujo grau de exigência monetária é maior, referindo-se ao número de filhos por família, escolha das formas de produção, forma de gestão do lote, projeto familiar. Há ainda fatores externos, como receio de perder o crédito, relação com o mercado (dificuldade de comercialização e escoamento da produção), prejuízos com as safras agrícolas, entre outros. Na avaliação pessoal de cada família, esses fatores são analisados e se a saída encontrada é a realização de outras atividades, ela será colocada em prática: a maioria declarou não ter nenhum problema em realizar tarefas ligadas à pluriatividade, desde que tenham habilidade (e que haja mercado para esse exercício) e meios para isso, e muitos, se não a praticam, é por não se sentirem capazes para o trabalho fora do âmbito agropecuário.¹¹

Pode-se observar, de acordo com a Tabela 4, que, entre as famílias entrevistadas, a maioria acha normal a utilização da pluriatividade como forma de suprir as necessidades básicas familiares e como forma de possibilitar a permanência no assentamento. Um dos motivos claramente percebidos por essa aceitação decorre do receio de perderem o crédito oficial (PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). Assim, caminham na direção que aponta HERVIEU (1996), a de que não é possível, na lógica capitalista, de mercado, sobreviver somente com o trabalho agrícola. Entre os que não exercem a pluriatividade, encontra-se uma maioria que diz não exercê-la por não saber exatamente o que poderia fazer além das atividades agrícolas, ou seja, essa parcela de produtores que se restringe à esfera do agrícola, o faz por acreditar não ter outra habilidade profissional além da agricultura, não por preconceito ou receio de exercê-la. Essa falta de uma outra atividade profissional é justamente do que fala o autor citado, quando fala de deixar de lado a especialização(a agrícola), para garantir sua sobrevivência. A maioria declarou achar normal seu exercício, pensando que seria ideal na sua situação se pudessem conciliar as duas atividades. A importância das atividades pluriativas podem ser constatadas no fato dos assentados terem declarado que utilizam esse tipo de renda complementar no sustento família, principalmente no sentido de passarem a se alimentar melhor, como também aplicam parte do dinheiro investindo na propriedade e em melhoramentos na casa e despesas pessoais além de terem notado certa diferença no nível de vida familiar. Uma das questões levantadas foi com relação ao preconceito de práticas pluriativas, fosse por parte da sociedade local, fosse por parte do INCRA. A hipótese inicial era de que um dos motivos que impedia a prática dessa atividade poderia ser decorrente do medo de exercê-la, temendo represálias por parte do INCRA ou mesmo preconceito por parte da sociedade local, mas a maioria disse não acreditar nisso. Uma outra porcentagem, no entanto, afirmou que o preconceito existe, e sua origem nasce, basicamente, do fato de que o assentamento é visto, tanto pela sociedade, como pelas instituições, como um local agrícola por excelência.

¹¹ LAMARCHE (1994 – Coord., p. 128-30), aponta a seguinte diversidade de modelos teóricos no quadro do trabalho familiar:

- Famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado. Caracteriza-se por um tipo de pluriatividade moderada, onde a mão-de-obra familiar é completada por trabalho assalariado.
- Pais, filhos e assalariados. Não existe a pluriatividade, onde o pai dedica todo seu tempo à propriedade.
- Família extensa. Forte presença de associações familiares; pluriatividade esporádica e presença freqüente de assalariados temporários.
- Monoatividade familiar. Não há a presença da pluriatividade e o trabalho assalariado temporário é muito esparsa e pouco observada; emprego de assalariados permanentes é raro.
- Pluriativos. Presença marcante da pluriatividade entre os chefes da exploração, com a participação das esposas e filhos. Nenhum assalariado permanente é empregado.
- Pluriatividade dos filhos. Os pais raramente são pluriativos, em contraposição aos filhos, que mesmo trabalhando fora da propriedade, contribuem parcialmente com o trabalho na propriedade.
- Pluriatividade dos pais. Chefes de exploração que trabalham maior parte do tempo fora da propriedade.
- Monoatividade nuclear. A mão-de-obra familiar é reduzida, onde nenhuma mão-de-obra assalariada vem auxiliar o trabalho familiar.

Tabela 4 Pluriatividade das Famílias Assentadas (%)

Atividades	Principal renda agrícola da propriedade
Comercialização de cereais	17,4
Comercialização de algodão	23,9
Gado leiteiro	58,7
Total	100
	Principal renda não agrícola da propriedade
Comércio (vários tipos)	23,9
Artesanato	2,2
Professor	2,2
Cozinheira	6,5
Serviço público	6,5
Não se aplica	58,7
Total	100
	Por que não exerce atividades não agrícolas
Não sabe o que poder	50
Não tem condições	17,4
Não se aplica	32,6
Total	100
	Por que exerce atividades não agrícolas
É a principal fonte	4,3
Complementa a renda	28,3
Única saída para ficar na terra	6,5
Não se aplica	60,9
Total	100
	Para o futuro dos filhos, preferiria que:
Continuassem somente na agricultura	6,5
Pudessem conciliar outras atividades	93,5
Total	100
	Sobre as atividades não agrícolas
Acha normal seu exercício	89,1
Não acha normal	10,9
Total	100
	Seu exercício seria ideal na sua situação?
Sim	91,3
Não	8,7
Total	100
	Se pudesse escolher, preferiria exercer:
Somente atividades não agrícolas	10,9
Conciliar as duas atividades	89,1
Total	100
	Na sua família, a renda não agrícola é considerada
Complementar	39,1
Principal	4,3
Não se aplica	56,5
Total	100
	Em que aplica a renda não agrícola?
Imóvel	6,5
Benfeitorias na propriedade	8,7
Melhoramentos na casa	4,3
Poupança	2,2
Despesas pessoais	2,2
Sustento da família	15,2
Não se aplica	60,9
Total	100

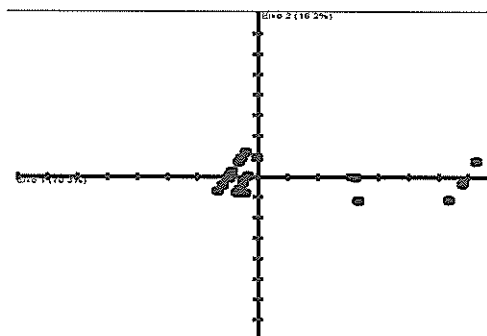
Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

HUBSHER (1984) e LAMY (1984), apontam para o crescente número de atividades ligadas ao comércio e ao artesanato, coexistindo com a prática agrícola entre agricultores franceses, além de uma diversidade de outras atividades, agrícolas ou não, mostrando que a agricultura, embora tenha um lugar preponderante, não é exclusiva.

Entre os assentados pluriativos, encontram-se: motoristas de taxi, escolar; professores; coordenador pedagógico; cozinheiras, servente de escola, empregadas domésticas; comerciantes dentro e fora do assentamento (bar/mercearia/açougue/quitanda); escola de datilografia, dono de loja de móveis e eletrodomésticos; funcionários públicos/de sindicato; técnico agrícola; artesãos, vendedores.

O artesanato, no caso analisado, apesar de se tratar de uma prática ainda tímida, desenvolve-se entre um segmento que tem certa dificuldade de acesso aos bens industrializados, além de estar relacionado a uma prática manual simbólica importante, artística, valorizada, diferenciada da atividade manual agrícola. Segundo MENDRAS (op. cit.), as práticas artesanais sempre estiveram ligadas ao universo camponês, não sendo possível dissociar essa atividade das outras comumente praticadas por esse segmento. Na atualidade, discute-se o desenvolvimento dessa prática em relação à sua nova forma de inserção, abrangendo novos espaços de "mercantilização" e o significado de mercadoria do artesanato, realizado não mais somente como forma de suprir parte dos bens que esse setor não pode adquirir (objeto de troca ou uso), mas como uma mercadoria. A explicação para o direcionamento de parte dos assentados para a pluriatividade relaciona-se à necessidade de se reproduzirem socialmente em um sistema cada vez mais fechado e especializado, dando margem à criação de relações sociais diferenciadas. É essa população que se transforma em uma camada mais empreendedora, marcando a transformação no processo de produção e de organização do trabalho familiar. No que se refere à prática de atividades agrícolas e não agrícolas, o Esquema 2 abaixo aponta que, no eixo 1, algumas observações estão bastante deslocadas para o lado direito, indicando uma forte ligação com as atividades agrícolas, ainda que a nuvem de pontos tenda à esquerda, acenando para a existência de um outro grupo com interesses que não se voltam somente para as atividades agrícolas. Em relação ao eixo 2, os dados parecem mais homogêneos, indicando não haver uma hierarquia claramente desenhada de quem trabalha na propriedade, ou seja, o trabalho parece ser realizado pela família em um conjunto.

Esquema II
Distribuição das famílias com relação às atividades agrícolas e não agrícolas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo procurou compreender as estratégias de permanência e reprodução social de grupos familiares assentados, enfocando principalmente as práticas econômicas das famílias assentadas, considerando-se a gestão dos lotes, as opções para a produção e comercialização. A orientação teórica seguiu uma análise da produção familiar como um tipo de produção que pode ser encontrado em várias partes do mundo, onde se encontra o trabalho familiar em consonância com determinadas características específicas, como cultura, subjetividade, heterogeneidade. Considerando o contexto sócio-cultural, pode-se explicá-lo através das muitas transformações pelas quais tem passado, modificações essas referentes à modernização de certa parte deles, sua integração ao mercado, uso de tecnologia, enfim, transformações impulsionadas pelas suas necessidades, pela industrialização e pelas necessidades da sociedade global.

A gestão da propriedade é conduzida pelo grupo familiar, sendo a família compreendida enquanto uma unidade de produção, funcionando como uma pequena empresa. Onde predomina essa lógica, a família consegue garantir seus rendimentos de forma satisfatória. Essa configuração vem confirmar as considerações colocadas quanto à heterogeneidade da produção familiar que, embora guardando suas características com relação à cultura, subjetividade, esses mesmos aspectos podem variar de região para região e mesmo entre produtor para produtor e isso ocorre dentro do assentamento, de forma clara. Essa heterogeneidade apresenta-se relativamente às origens dos assentados e sua identidade profissional sendo uma parcela oriunda do assalariamento rural, outra do urbano; o diferencial está entre os aspectos sócio-econômicos encontrados entre as famílias assentadas pesquisadas. Quanto à gestão da propriedade, no nível das decisões familiares, no interior da família, é forte a opção pelo individual, ficando entre o grupo familiar as decisões sobre o que produzir, quais e quantos animais quer criar, se vai comercializá-los, de acordo com suas capacidades produtivas, guardando as famílias uma individualidade produtiva e de gerenciamento.

BIBLIOGRAFIA

- BERTAUX, D. De la perspectiva de la historia de vida a la transformación de la práctica sociológica, in: *La Historia Oral: Metodos y Experiencias*. Ed. Debates, s/d, p. 19-34.
- CHAYANOV, A. V. *The Thory of Peasant Economy*. Richard D. Irwing, Inc., 1966.
- FAO/PNUD - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Brasília, 1992.
- GARCIA JÚNIOR, A. Geração de renda, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO, in: ROMERO, A. et al. (Org.). *Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- GOODENOUGH, W. H. *Cooperation and Change*. New York, Russel and Sage Foundation, 1963.
- GRIMBERG, L. e GIMBERG, R. *Identidad y Cambio*. Buenos Aires, Ediciones Kargieman, 1971.
- HEREDIA, B. M. A. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- HERVIEU, B. *Les Agriculteurs*. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- HUBSHER, R. La pluriactivité: un impératif ou un style de vie? In: *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984.
- LAMARCHE, H. La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés? In: *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *A Agricultura Familiar*. Tomo I. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993.
- LAMY, Y. Agriculture et métallurgie en Dordogne. In: *La Pluriactivité dans les Familles Agricoles*. A.R.F. - Association des Ruralistes Français, 1984.
- LÉON, K. *Andar Andando. Testimonio de mujeres del sector forestal*. Santiago, Ed. Pehuén, 1986.
- MARX, K. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris, Editions Sociales, 1976.
- McCALL, G J. e SIMMONS, J. L. *Identities and Interactions: An Examination of Human Associations in Everyday Life*. New York, The Free Press, 1966.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- OLIVEIRA, R. C. (Dir.) *Anuário Antropológico 85*, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1976.
- PAULILO, M. I. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMERO, A. et al. *Reforma Agrária. Produção, Emprego e Renda*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- RAMOS, R. V. *A Luta pela Terra como um Processo Educativo: o Caso da Fazenda Barreiro em Iturama, Minas Gerais*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, U.F.M.G., 1993.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Vol. I. R.J., Ed. Paz e Terra, 1989.
- ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L., et al. (Org.) *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1994.

